



EGD | ESCOLA DE
**Governança
de Dados**

Ementa

EMENTA DO CURSO

O avanço da digitalização e a criação de uma infraestrutura pública digital no Brasil têm sido impulsionados por iniciativas de modernização, como a Lei do Governo Digital (Lei 14.129/2021) e a minuta do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial, voltados a aprimorar serviços públicos e fortalecer a governança tecnológica, aliados com a consolidação de marcos legais como a Lei de Acesso à Informação e a Lei Geral de Proteção de Dados. Com a expansão das Infraestruturas Públicas Digitais (IPD) e uma crescente regulação de dados e novas tecnologias, torna-se fundamental a capacitação de gestores públicos, pesquisadores e profissionais do setor privado para enfrentar os desafios associados à governança de dados. Esse contexto demanda não só a adoção de tecnologias, mas a construção de capacidades e estruturas de governança robustas, que garantam a proteção de dados, segurança da informação, interoperabilidade e a transparência na prestação de serviços digitais.

Embora o Brasil já lidere discussões e iniciativas de políticas públicas digitais e IPD, com o Pix, CadÚnico e o gov.br sendo referências mundiais, ainda há uma lacuna entre a camada tecnológica e a camada de governança e regulação que circundam essas iniciativas. A governança de dados pode ser a chave para unir discussões técnicas e regulatórias, bem como diferentes campos do conhecimento como segurança da informação, proteção de dados pessoais, transparência pública, gestão pública e parcerias público-privadas no desenvolvimento e colaboração de sistemas tecnológicos que irão operacionalizar estas iniciativas.

Vislumbra-se uma oportunidade para capacitar stakeholders desse ecossistema, gerando um adensamento na compreensão de governança de dados. Com isso, espera-se gerar impacto em duas frentes: por um lado, aprimorando a inovação responsável no Brasil; por outro, ampliando a discussão sobre direitos fundamentais e governança de dados na digitalização governamental internacionalmente, influenciando positivamente outras iniciativas e países.

Ao estabelecer a conexão entre servidores públicos, formuladores de políticas públicas, líderes da indústria, experts da academia e da sociedade civil, a capacitação espera fortalecer a perspectiva de salvaguardas e promoção de direitos fundamentais no debate público sobre governança de dados, além de criar uma rede a partir da turma de discentes, que poderá trabalhar de modo articulado promovendo troca de experiências e realizando projetos conjuntos, facilitando também uma governança descentralizada de profissionais capacitados. Por meio de metodologias ativas de ensino, como a aprendizagem baseada em problemas, espera-se que a interdisciplinaridade e o raciocínio crítico sejam enfatizados. Temas como proteção de dados pessoais, segurança cibernética, transparência pública, participação cívica e princípios da administração pública serão abordados a partir das diferentes perspectivas multissetoriais do corpo discente.

Portanto, espera-se que após a Escola de Governança de Dados os alunos e alunas capacitadas compreendam o tema a partir de uma abordagem proativa, em que salvaguardas como a proteção de dados não sejam vistas em oposição a transparência pública e ao livre fluxo informacional, mas, pelo contrário, como um componente desta equação para a formação de uma arquitetura informacional justa e como pilar da inovação responsável. Para maximizar o impacto, espera-se que tanto os aprendizados quanto os materiais produzidos na capacitação possam ser usados de diferentes maneiras, por um público ainda mais amplo, no apoio da promoção direta de políticas públicas e soluções tecnológicas voltadas ao interesse público, fortalecendo a digitalização como um vetor de garantia de direitos fundamentais.



OBJETIVOS



Objetivo Geral

Capacitar alunos e alunas a compreenderem aspectos transversais da governança de dados em políticas públicas. Espera-se que a partir da integração de temas como proteção de dados pessoais, infraestrutura pública digital, governança de inteligência artificial, e aspectos técnicos da governança de dados, os alunos desenvolvam capacidades de raciocínio crítico e proposição de soluções interdisciplinares na construção de políticas públicas no contexto digital e datificado.

Objetivos específicos

- Compreender os valores normativos da proteção de dados pessoais enquanto regras que asseguram salvaguardas para o livre fluxo informacional.
- Desenvolver habilidades de avaliação de risco em atividades de compartilhamento de dados pessoais.
- Debater o conceito de infraestrutura pública digital e como suas balizas afetam o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil.
- Analisar os fundamentos técnicos e de governança de sistemas de Inteligência Artificial.
- Entender como vieses discriminatórios emergem em sistemas de IA, compreender seus impactos e propor caminhos para sua mitigação.
- Compreender aspectos técnicos da governança de dados.
- Associar a conexão entre aspectos regulatórios e técnicos de governança de dados e seus impactos na arquitetura informacional de uma política pública.
- Debater políticas públicas ligadas à Estratégia Nacional de Governo Digital em implementação no Brasil.
- Criar pilares de governança de dados uma política pública.





1. Carga horária

Carga horária de 33h, ao longo de cinco dias de forma totalmente presencial.

2. Público-alvo

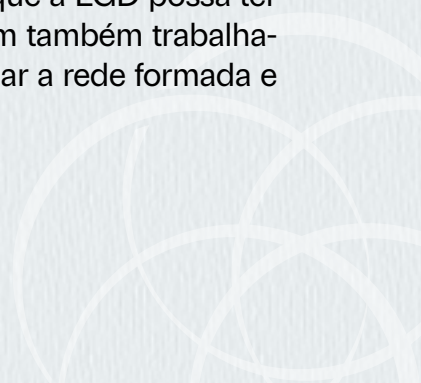
O público-alvo ideal para o curso é formado por profissionais que atuam diretamente na interface entre tecnologia, políticas públicas e direitos fundamentais, como gestores e servidores públicos envolvidos na formulação e implementação de serviços digitais, pesquisadores e acadêmicos dedicados a temas de governança de dados, especialistas do setor privado que desenvolvem ou utilizam soluções digitais voltadas ao interesse público, além de representantes da sociedade civil que buscam influenciar a agenda de transparência, proteção de dados e inovação responsável. Espera-se um público multidisciplinar que compartilha o interesse em compreender e aprimorar os mecanismos de governança de dados para fortalecer a digitalização no Brasil de forma ética, inclusiva e sustentável.

3. Metodologia

O formato da EGD compreende uma imersão no “guarda-chuva” da governança de dados, a partir de dois momentos: aulas expositivas, e atividades interativas e simulações. A partir da metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL, Problem Based Learning), os discentes poderão aplicar os conceitos aprendidos em situações de simulação da realidade, estando assim aptos a aplicarem os conhecimentos obtidos em seus respectivos trabalhos. Assim, as aulas contam com exposições e problemas relativos aos campos da proteção de dados pessoais, infraestruturas públicas digitais, e inteligência artificial.

Além disso, objetiva-se que desde o momento anterior ao curso, passando por sua execução e o pós-formação sejam permeados por atividades e dinâmicas que permitam uma troca de experiências entre o corpo discente e a formação de uma rede. Desta forma, a EGD não é vista apenas como um local de transmissão de conhecimento unidirecional, mas de fomento de discussões em alto-nível que tenham impactos perenes e de longo-prazo no ecossistema nacional.

Por fim, como visão de longo prazo dos objetivos do projeto, espera-se que a EGD possa ter edições periódicas, de forma que, com diferentes turmas formadas, sejam também trabalhadas iniciativas de integração entre essas turmas como forma de consolidar a rede formada e incrementar ainda mais a troca de aprendizados.





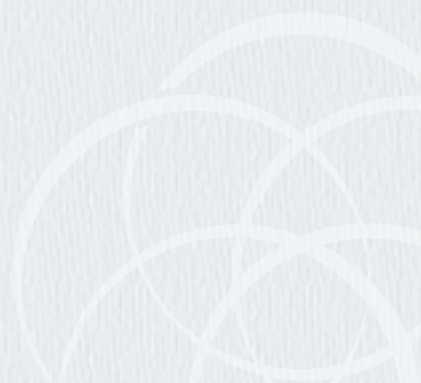
Ana Estela Haddad

Secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde e Professora Titular da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo. Tem ampla experiência em gestão pública em saúde e educação e formulação de políticas públicas. Foi Assessora do Ministro da Educação de 2003 a 2005, tendo sido uma das idealizadoras e participado da implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Nesse período, atuou também nos trabalhos relacionados à promulgação da Lei que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Ocupou também, no Ministério da Saúde, o cargo de Diretora de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), de 2005 a 2010, tendo coordenado a idealização e a implementação do Pró-Saúde, Telessaúde Brasil, Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), Política Nacional de Educação Permanente na Saúde, Programa de Educação pelo Trabalho em saúde - PET Saúde, Programa de Expansão e Regulação das Residências Médica e Multiprofissional em Saúde (Pró-Residência), REVALIDA (Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos). Foi coordenadora da Política Municipal para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância na Cidade de São Paulo (São Paulo Carinhosa), de 2013 a 2016. Representa o Brasil como membro da Red de Lideres la Primera Infancia, fundada pela ex-presidente do Chile e atual Comissária da ONU para Direitos Humanos, Michelle Bachelet.



Bruno Sousa

Co-fundador do Instituto Decodifica, atua como coordenador de comunicação; co-fundador da Agência Metáfora, onde atua como Diretor Executivo e de Criação. Jornalista com foco em raça, segurança pública, direitos humanos e tecnologia. Com passagem pelas redações do The Intercept Brasil e Agência Narra, também colabora para veículos como UOL, Estadão, Meia Hora, Folha de São Paulo, Vice e Huffpost. Atuou na comunicação e pesquisa no CESeC pelo projeto Panóptico, na comunicação institucional da Redes da Maré e como coordenador de marketing na Barkus Educacional.





Carlos Eduardo Portella Sturm

Engenheiro agrônomo pela UFRRJ, com pós-graduação em Gestão e Políticas Públicas pela ENAP. Servidor do INCRA desde 2005, chefiou divisões nas Superintendências do Acre e do Rio de Janeiro, e ocupou cargos como Coordenador-Geral de Meio Ambiente, Assessor da Presidência e Coordenador-Geral de Cadastro Rural. Foi Diretor de Cadastro e Fomento Florestal no Serviço Florestal Brasileiro, responsável pelo Cadastro Nacional de Florestas Públicas, pelo CAR e pelo SICAR. Atuou como Coordenador-Geral de Gestão Integrada na Secretaria Nacional de Segurança Hídrica. No Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, foi Coordenador-Geral de Dados e Informações do CAR. Atualmente, é Coordenador-Geral de Estruturação de Dados Ambientais e Territoriais na Secretaria de Governo Digital, com foco na integração de dados para aprimoramento de políticas públicas ambientais e territoriais.



Fernanda Campagnucci

Diretora executiva do InternetLab. Anteriormente, foi diretora executiva da Open Knowledge Brasil (2019-2024) e atuou como gestora pública na Prefeitura de São Paulo (2013-2019), liderando iniciativas premiadas de transparência, governança de dados e governo digital.

Jornalista pela Universidade de São Paulo (USP), Fernanda é mestre em Educação pela mesma instituição e doutora em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV). Também se especializou em Transparência e Accountability pela Universidade do Chile (2014) e, em 2024, realizou pesquisa de pós-doutorado na Universidade de Münster, na Alemanha, sobre cidades inteligentes e participação política digital.

Ao longo de sua trajetória, integrou espaços institucionais como a Comissão de Transparência do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil e o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União. Além disso, participou de redes globais, sendo fellow de Governo Aberto da Organização dos Estados Americanos (2015), líder de Dados Abertos do Open Data Institute (2016) e fellow de governo na Unidade Operacional Governança Digital da Universidade das Nações Unidas (UNU-E-GOV, 2018).



Flavio Lopes Morais

Especialista em Governança de Dados, compõe a Coordenação-Geral de Governança de Dados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), atuando na elaboração de políticas, guias, frameworks e estratégias para a Administração Pública Federal (APF). Integra o Grupo de Trabalho responsável pelo Guia de Implementação de Programas de Governança de Dados e o Grupo de Trabalho de aprimoramento do Modelo de Maturidade em Dados da APF, além de contribuir ativamente para a redação do decreto que instituirá a Política de Governança de Dados no âmbito dos órgãos da Administração Pública Federal. No âmbito do MGI, apoia tecnicamente a implementação do Programa de Governança de Dados no Ministério da Previdência Social. Foi coordenador da equipe de Inteligência e Governança de Dados da Universidade Federal de Lavras (UFLA), onde liderou projetos de melhoria da gestão e governança de dados institucionais. É Mestre em Engenharia de Sistemas e Automação, com ênfase em Inteligência Artificial, pela UFLA, MBA em Data Science e Analytics pela USP e Bacharel em Sistemas de Informação pela UFLA. Atuou ainda como professor universitário nas áreas de Análise Estratégica de Dados, Inteligência Artificial e Banco de Dados.



Laura Schertel Mendes

É professora adjunta de Direito Civil da Universidade de Brasília (UnB) e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). É doutora summa cum laude em direito privado pela Universidade Humboldt de Berlim, tendo publicado sua tese sobre proteção de dados na Alemanha. É mestre em “Direito, Estado e Constituição” pela UnB e graduada em direito pela UnB. É diretora da Associação Luso-Alemã de Juristas (DLJV-Berlim) e do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon). Tem experiência nas áreas de direito civil, direito do consumidor e direito constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos da personalidade, privacidade e proteção de dados pessoais, direito e internet, interface entre direito constitucional e direito civil, bem como políticas públicas na Sociedade da Informação. É autora dos livros “Privacidade, Proteção de Dados e Defesa do Consumidor” (Saraiwa, 2014) e Schutz gegen Informationsrisiken und Gewährleistung einer gehaltvollen Zustimmung: Eine Analyse der Rechtmäßigkeit der Datenverarbeitung im Privatrecht (A proteção de dados pessoais no setor privado: riscos do tratamento de dados e a garantia de um consentimento substancial), De Gruyter, 2015. Co-chair da sessão de Inteligência Artificial e Ética do BRAGFOST (2020), realizado por CAPES e Alexander von Humboldt Stiftung.



Manuela Oliveira

Advogada, DPO certificada EXIN, CPC-A e cofundadora do Laboratório de Inovação e Direitos Digitais da UFBA. Especialista em Direito Digital, Gestão da Inovação e Propriedade Intelectual pela PUC Minas. Integra a Comissão Especial de Inteligência Artificial da OAB/BA e colaborou no e-book “Decodificando: Diálogos entre a Geração Cidadã de Dados, a LGPD e a Justiça Racial”, trazendo perspectivas sobre consciência política em proteção de dados, justiça racial e conformidade regulatória. Possui experiência em compliance, proteção de dados e uso responsável de IA.



Paolla Magalhães

Formada em Engenharia de Computação pela UFC, atua como Cientista de Dados e Engenheira de Machine Learning, com 7 anos de experiência. Já trabalhou em empresas que aplicam Inteligência Artificial em People Analytics e em instituições financeiras, onde se dedicou ao estudo aprofundado da detecção e mitigação de vieses em modelos de machine learning. Em algumas dessas organizações, contribuiu tanto para o desenvolvimento de metodologias de mitigação de vieses em modelos preditivos quanto para a disseminação desse conhecimento em toda a empresa.



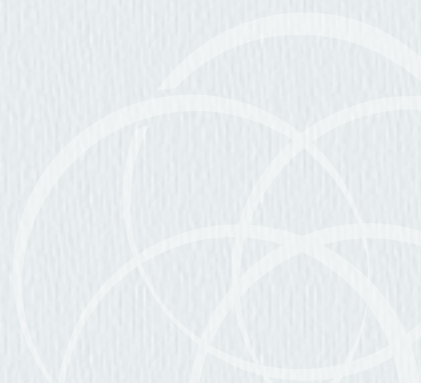
Virgílio Almeida

Professor Emérito da UFMG. Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (1973), mestrado em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980) e doutorado em Ciência da Computação - Vanderbilt University (1987). É membro da Academia Brasileira de Ciências, Academia Nacional de Engenharia e Professor Titular do Departamento de Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais. É também membro da “Academy of Science for the Developing World” (TWAS). Seus interesses de pesquisa concentram-se em vários aspectos de Sistemas de Computação, atuando principalmente nos seguintes temas: sistemas distribuídos em larga escala e suas propriedades, internet, caracterização de tráfego e cargas de trabalho, medição, modelagem analítica de performance e planejamento de capacidade de infraestruturas de processamento de informação. Em 2006, recebeu a Ordem Nacional do Mérito Científico, na classe de comendador e em 2010 a Ordem Nacional do Mérito Científico na Classe Grão-Mestre. Em 2012, recebeu a Medalha de Honra da Inconfidência, do governo de Minas Gerais. Em 2018, foi agraciado com a Grande Medalha da Inconfidência do governo de Minas Gerais. Em 2014, recebeu o Prêmio do Mérito Científico da Sociedade Brasileira de Computação (SBC). É Bolsista de Produtividade, 1A. É também “Faculty Associate with the Berkman Klein Center for Internet and Society?” na Universidade de Harvard (2016-2018)



Yasodara (Yaso) Cordova

Atua como Assessora sênior para Cibersegurança na Dataprev e é consultora independente com mais de 15 anos de experiência em produto, tecnologia, política e inovação. Yaso já foi pesquisadora afiliada a Harvard e ex-Chefe de Pesquisa em Privacidade e Identidade Digital na Unico IDtech, trabalhou anteriormente como Especialista Web no World Wide Web Consortium (W3C), construindo padrões para a web e liderando o grupo de trabalho de Dados na Web. Esta experiência a posicionou na vanguarda da transformação digital que permite a revolução da IA atual. Especializa-se em cibersegurança, governança de IA e economia algorítmica.





DIA UM



Laura Schertel Mendes
IDP

Manhã - Fundamentos da Proteção de Dados Pessoais

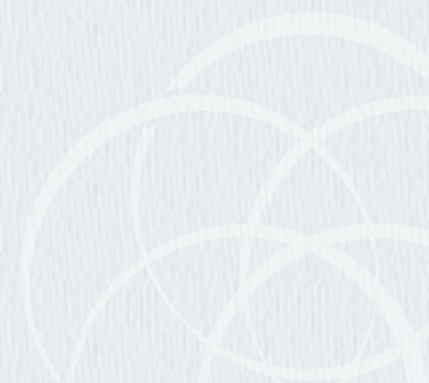
A aula inaugural do curso abordará os fundamentos jurídicos, políticos e sociais da proteção de dados pessoais no Brasil, com foco na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e em seus princípios estruturantes. Após um nivelamento conceitual, serão discutidas as principais tendências nacionais e internacionais, destacando como a proteção de dados se articula com a promoção de inovações tecnológicas, a formulação de políticas públicas e a governança organizacional. A aula também estabelecerá conexões com temas que serão aprofundados ao longo do curso, como inteligência artificial, infraestruturas públicas digitais e governança de dados, reforçando a centralidade dos direitos fundamentais na construção de soluções digitais confiáveis e responsáveis.



Ana Estela Haddad
Datusus

Tarde - Avaliação de riscos ao uso compartilhado de dados na Saúde

Nesta aula, representantes da Secretaria de Informação e Saúde Digital apresentarão a estratégia de transformação digital do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na integração de dados e no desenvolvimento de soluções digitais para aprimorar a gestão pública em saúde. A partir desse caso real, os participantes serão convidados a refletir criticamente sobre os riscos e benefícios envolvidos no compartilhamento de dados pessoais sensíveis em larga escala. Em atividades práticas, a turma aplicará metodologias de avaliação de risco, considerando aspectos técnicos, legais e regulatórios, e explorando formas de garantir a proteção de direitos sem comprometer a eficiência e a inovação nos serviços de saúde pública.



DIA DOIS



Fernanda Campagnucci
InternetLab

Manhã - Infraestrutura Pública Digital

Esta aula introduz o conceito de Infraestrutura Pública Digital (IPD) como elemento estruturante das estratégias de transformação digital no Brasil. Serão apresentados os principais componentes que definem uma IPD — como identidade digital, sistemas de pagamentos e interoperabilidade — e analisadas suas implicações para a formulação de políticas públicas centradas no interesse público. A partir de estudos de caso como o Gov.br e o Pix, discutiremos como diferentes atores — governo, setor privado e sociedade civil — podem atuar na construção, governança e fiscalização dessas infraestruturas, promovendo inovação, inclusão e salvaguardas de direitos. A aula também abordará os desafios de coordenação institucional e as oportunidades para o fortalecimento da soberania digital e da transparência na prestação de serviços públicos.



Yasodara Cordova
DATAPREV

Tarde - Compartilhamento de dados e Prevenção à Fraudes

A partir da crescente digitalização dos serviços públicos e da intensificação do uso de dados para formulação e implementação de políticas públicas, esta aula irá explorar as práticas e os desafios relacionados ao compartilhamento de dados com objetivo de identificar e prevenir fraudes. Serão discutidas as bases legais e operacionais que sustentam o intercâmbio de informações, bem como os riscos associados a essas práticas. Casos reais e análises de risco orientarão a reflexão sobre como equilibrar inovação, segurança e responsabilidade na gestão de dados no setor público.

DIA TRÊS



Virgílio Almeida
UFMG

Manhã - Fundamentos da Inteligência Artificial e Institucionalismo Algorítmico

Esta aula introduz o conceito de Infraestrutura Pública Digital (IPD) como elemento estruturante das estratégias de transformação digital no Brasil. Serão apresentados os principais componentes que definem uma IPD — como identidade digital, sistemas de pagamentos e interoperabilidade — e analisadas suas implicações para a formulação de políticas públicas centradas no interesse público. A partir de estudos de caso como o Gov.br e o Pix, discutiremos como diferentes atores — governo, setor privado e sociedade civil — podem atuar na construção, governança e fiscalização dessas infraestruturas, promovendo inovação, inclusão e salvaguardas de direitos. A aula também abordará os desafios de coordenação institucional e as oportunidades para o fortalecimento da soberania digital e da transparência na prestação de serviços públicos.



Paolla Magalhães
UFC

Tarde - Detecção e Mitigação de Vieses e Discriminação em Sistemas de Inteligência Artificial

A partir da crescente digitalização dos serviços públicos e da intensificação do uso de dados para formulação e implementação de políticas públicas, esta aula irá explorar as práticas e os desafios relacionados ao compartilhamento de dados com objetivo de identificar e prevenir fraudes. Serão discutidas as bases legais e operacionais que sustentam o intercâmbio de informações, bem como os riscos associados a essas práticas. Casos reais e análises de risco orientarão a reflexão sobre como equilibrar inovação, segurança e responsabilidade na gestão de dados no setor público.

DIA QUATRO



Flavio Lopes
MGI

Manhã - Governança de Dados

Esta aula introduz os principais conceitos, modelos e frameworks de governança de dados, com foco em como estruturas organizacionais, políticas e processos podem assegurar o uso ético, seguro e eficiente de dados. Serão apresentadas iniciativas em andamento na Secretaria de Governo Digital (SGD/MGI), como a construção da Infraestrutura Nacional de Dados, além da discussão de boas práticas adotadas por diferentes órgãos e instituições. A partir de estudos de caso e ferramentas aplicadas, os participantes serão convidados a desenvolver habilidades para análise do nível de maturidade em governança de dados de organizações públicas e privadas, conectando teoria e prática no desenho de políticas orientadas por dados.



Carlos Sturm
INCRA

Tarde - Governança de Dados e Infraestrutura pública Digital - Estudo de Caso do CAR

A partir do estudo de caso do Cadastro Ambiental Rural (CAR), esta aula irá articular conceitos de governança de dados com os pilares da infraestrutura pública digital e da proteção de dados pessoais. Serão discutidos os potenciais benefícios, inovações e ganhos de eficiência gerados pelo uso integrado de grandes volumes de dados no contexto ambiental e agrário, assim como os desafios associados ao aumento da circulação e compartilhamento de informações. A aula visa promover uma análise crítica sobre como boas práticas de governança de dados podem mitigar riscos, promover accountability e estruturar decisões públicas de forma mais transparente, justa e orientada pelo interesse público.

DIA CINCO



Manuela Oliveira
Instituto Decodifica



Bruno Sousa
Instituto Decodifica

Geração Cidadã de Dados

Encerrando o ciclo de exposições temáticas, esta aula propõe uma reflexão sobre o papel ativo da sociedade na produção, uso e governança de dados. A partir do conceito de “geração cidadã de dados”, serão discutidas iniciativas em que cidadãos, organizações da sociedade civil e comunidades produzem dados relevantes para políticas públicas, monitoramento de direitos e fortalecimento da transparência. A aula abordará também os desafios de inclusão, representatividade e soberania informacional, incentivando uma visão ampliada de participação social na era digital. Serão exploradas estratégias colaborativas para integrar dados governamentais e dados gerados pela sociedade, com vistas à construção de ecossistemas mais abertos, confiáveis e centrados no bem comum.

Atividade Final

A atividade final do curso será realizada em grupos e tem como objetivo consolidar os aprendizados desenvolvidos ao longo da Escola de Governança de Dados. A partir de um problema prático relacionado à formulação ou implementação de políticas públicas digitais, os participantes deverão aplicar os conceitos de governança de dados, proteção de dados pessoais, infraestrutura digital, inteligência artificial e avaliação de riscos para propor soluções concretas e interdisciplinares. A dinâmica busca estimular a colaboração entre diferentes perfis profissionais, promover o raciocínio crítico e aproximar os conteúdos debatidos da realidade institucional e setorial dos participantes. Ao final, os grupos apresentarão suas propostas em formato de apresentação executiva.



EGD | ESCOLA DE
Governança
de Dados